

POR UMA GLOBALIZAÇÃO PLURAL

Edgar Morin

A nave espacial Terra é movida por quatro motores associados e, ao mesmo tempo, descontrolados: ciência, técnica, indústria e capitalismo. A globalização pode ser vista como a última fase de uma planetarização tecno-econômica.

Ao mesmo tempo, ela pode ser vista como a emergência caótica e desigual de um embrião de sociedade-mundo. Uma sociedade dispõe de um território que comporta um sistema de comunicações. O planeta se encontra, hoje, dotado de uma textura de comunicações (aviões, telefone, fax, Internet) como nenhuma outra sociedade do passado jamais teve.

Uma sociedade inclui uma economia. A economia atual é mundial, de fato, mas lhe faltam as restrições de uma sociedade organizada (leis, direito, controles). E as instituições mundiais atuais, o FMI e outras, são incapazes de efetuar as regulamentações necessárias.

A sociedade é inseparável da civilização. Existe uma civilização mundial, saída da civilização ocidental, que desenvolve o jogo interativo da ciência, da técnica, da indústria e do capitalismo e que comporta um certo número de valores padronizados. Ao mesmo tempo em que comporta múltiplas culturas em seu seio, uma sociedade também gera uma cultura própria.

Acontece que existem múltiplas correntes transculturais que irrigam as culturas, ao mesmo tempo em que as superam, e que formam algo que quase chega a ser uma cultura planetária. Mestiçagens, hibridizações, personalidades biculturais (Rushdie, Arjun Appadura) ou cosmopolitas enriquecem essa via transcultural de maneira incessante.

No decorrer do século 20, as mídias produziram e difundiram um folclore mundial a partir de temas originais saídos de culturas diferentes, às vezes dotadas de recursos próprios, às vezes sincretizadas.

É notável o fato de que as máquinas culturais formidáveis do cinema, da canção, do rock e da televisão, animadas pelo lucro e organizadas numa divisão quase industrial do trabalho, sobretudo em Hollywood, tenham conseguido produzir algo além de obras medíocres e conformistas. Existe e existiu criatividade em todas essas áreas.

Um folclore planetário se constituiu e se enriquece com as integrações e os encontros. No que diz respeito à arte, à música, à literatura e ao pensamento, a globalização cultural não é homogeneizadora. Ela é feita de grandes ondas transculturais que favorecem a expressão das originalidades nacionais em seu seio.

A mestiçagem recriou a diversidade, ao mesmo tempo favorecendo a intercomunicação. O jazz começou como híbrido afro-americano, produto singular de Nova Orleans, que se expandiu pelos Estados Unidos, passando por diversas mutações, sem que os novos estilos fizessem desaparecer os estilos anteriores. Assim, o jazz se tornou uma música negra e branca, ouvida, dançada e depois tocada também por brancos, e, sob todas suas formas, espalhou-se pelo mundo, tanto assim que o velho estilo de Nova Orleans, aparentemente abandonada em seu local de origem, renasceu em Saint-Germain-des-Prés, retornou aos Estados Unidos e se estabeleceu em Nova Orleans mais uma vez.

Depois do encontro do "rhythm and blues", é na esfera branca que o rock surge nos Estados Unidos, para em seguida se espalhar por todo o mundo e em todas as línguas, a cada vez assumindo uma identidade nacional. Hoje em dia dança-se, festeja-se e comunica-se rock em Pequim, Cantão, Tóquio, Paris ou Moscou, e os jovens de todos os países dançam ao mesmo ritmo, em todo o planeta.

A difusão mundial do rock também levou ao surgimento, em diversos lugares, de novas originalidades mestiças, como o "raí", e, finalmente, com o rock-fusion, surgiu uma espécie de caldeirão rítmico onde se misturam as culturas musicais do mundo inteiro. Assim -às vezes para pior, mas frequentemente também para melhor, e sem se perderem-, as culturas musicais do mundo inteiro se fecundam umas às outras, sem, entretanto, saber que estão gerando filhos planetários.

Por outros motivos, como em toda a sociedade, criou-se um underground -mas, desta vez, planetário- com sua criminalidade própria. Desde os anos 1990, existe uma máfia intercontinental (que trabalha especialmente com o tráfico de drogas e a prostituição). E o 11 de setembro de 2001 trouxe à tona a existência de uma rede terrorista mundial, que, à sua própria maneira, também contribuiu para o surgimento da sociedade-mundo. Querendo desintegrar a globalização, a Al Qaeda estimula a formação de uma sociedade-mundo que busca instituir sua polícia própria e que, melhor ainda, poderia -aliás, deveria- instituir uma política de civilização para o planeta.

Podemos, enfim, dizer que a globalização da nação, que se concluiu ao final do século 20, confere ao planeta uma característica de civilização e cultura comuns; ao mesmo tempo, porém, o fragmenta ainda mais, e a soberania absoluta das nações cria obstáculos, justamente, ao surgimento da sociedade-mundo. Emancipadora e opressora, a nação torna extremamente difícil a criação de confederações que responderiam às necessidades vitais dos continentes e ainda mais difícil o nascimento de uma confederação planetária.

Assim, se o planeta constitui um território que dispõe de um sistema de comunicação, de uma economia, uma civilização e uma cultura, também é fato que lhe falta um certo número de dispositivos essenciais, que são a governança, a cidadania, o controle dos poderes, sem falar na consciência comum de fazer parte da Terra-Pátria.

Análises e fóruns

O planeta não dispõe de organização, de direito, de instâncias de poder e de regulamentação econômica, política, policial e da biosfera. A ONU não pode constituir-se em autoridade supranacional, e seu sistema de veto a paralisa. Não existem as instâncias que permitiriam a uma sociedade-mundo controlar sua economia. A conferência de Kyoto não conseguiu instituir uma instância de salvaguarda da biosfera. Uma sociedade-mundo não poderia emergir se não fosse dotada de um exército e uma polícia internacionais. Ainda não existe sociedade civil mundial, e a consciência de que somos cidadãos da Terra-Pátria é dispersa, embrionária. Ou seja, temos as infra-estruturas, mas não as superestruturas.

Não obstante, desde o final de 1999 podemos constatar a formação de embriões de sociedade civil e de cidadania terrestre. A manifestação anti-Seattle, contra a globalização tecno-econômica, transformou-se numa manifestação a favor de uma outra globalização cuja divisa foi "o mundo não é uma mercadoria". Foi a conscientização da necessidade, não apenas de uma resposta mundial a um problema mundial, mas também de uma força de pressão e de proposta em escala planetária.

Infelizmente as instâncias internacionais que criavam uma solidariedade planetária dos trabalhadores perderam força; as aspirações que as nutriam ressuscitaram através dos esboços dispersos, mas significativos, que, em diversos lugares, se configuram para que surja uma sociedade civil cuja formação seria uma etapa importante no aparecimento da sociedade-mundo. O que falta para que uma sociedade-mundo possa se constituir não como acabamento planetário de um império hegemônico, mas com base numa confederação civilizadora, não é um programa ou um projeto, mas os princípios que permitiriam que fosse aberto um caminho. Neste ponto, passa a fazer sentido aquilo ao qual dei o nome de antropolítica (política da humanidade em escala planetária) e política de civilização. Isso deve nos levar, antes de mais nada, a abrir mão do termo "desenvolvimento", mesmo modificado ou moderado, para tornar-se um desenvolvimento durável, sustentável ou humano.

A idéia de desenvolvimento sempre comportou uma base técnico-econômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e de receita. Ela supõe, de maneira implícita, que o desenvolvimento tecno-econômico seja a locomotiva que puxa atrás dela, naturalmente, um "desenvolvimento humano" cujo modelo acabado e bem-sucedido é o dos países ditos desenvolvidos -em outras palavras, ocidentais. Essa visão supõe que o estado atual das sociedades ocidentais constitui o objetivo e a finalidade da história humana.

O desenvolvimento "durável" vem apenas moderar o desenvolvimento em consideração do contexto ecológico, mas sem questionar seus princípios. Já no "desenvolvimento humano", a palavra "humano" é vazia de qualquer substância, a menos que remeta ao modelo humano ocidental, que certamente comporta traços essencialmente positivos mas que também, vale repetir, inclui características essencialmente negativas.

Também o desenvolvimento, noção aparentemente universalista, constitui um mito típico do sociocentrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização dos "subdesenvolvidos" (o Sul) pelo Norte. O desenvolvimento, do modo como é concebido, ignora aquilo que não é calculável nem mensurável: a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e o único critério pelo qual mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da receita monetária). Definido unicamente em termos quantitativos, ele ignora as qualidades, as qualidades de existência, as qualidades de solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida.

Além disso, o PIB (Produto Interno Bruto) contabiliza como positivas todas as atividades geradoras de fluxos monetários, incluindo as catástrofes como o naufrágio do Erika ou a tempestade de 1999, e ignora as atividades benéficas gratuitas. Sua racionalidade quantificadora é irracional. O desenvolvimento ignora que o crescimento tecno-econômico produz subdesenvolvimento moral e psíquico: a hiperespecialização generalizada, a compartimentalização em todas as áreas, o hiperindividualismo e o espírito de lucro geram a perda da solidariedade.

O desenvolvimento engendra um conhecimento especializado que é incapaz de apreender os problemas multidimensionais. A educação disciplinar do mundo desenvolvido traz conhecimentos, sim, mas gera uma incapacidade intelectual de reconhecer os problemas fundamentais e globais. A noção de desenvolvimento deveria, a meu ver, ser substituída ao mesmo tempo pela idéia de uma política da humanidade (antropolítica), que já venho sugerindo há muito tempo, e pela idéia de uma política da civilização. A política do humano teria por missão mais urgente solidarizar o planeta.

Assim, uma agência da ONU criada especificamente para esse fim disporia de fundos próprios para a humanidade carente, sofredora, miserável. Ela comportaria um departamento mundial de medicamentos gratuitos para a Aids e as doenças infecto-contagiosas, um departamento mundial de alimentação para atender às populações carentes ou atingidas pela fome, uma ajuda substancial às ONGs humanitárias.

Os países ricos deveriam proceder à mobilização maciça de seus jovens no serviço cívico planetário, em toda parte onde fosse sentida necessidade dessa ajuda (em regiões atingidas por secas, inundações e epidemias). O problema da pobreza é mal avaliado, em termos de renda: é sobretudo de injustiça que sofrem os pobres, que estão desarmados para fazer frente à desnutrição e às doenças,

assim como são carentes de respeito e consideração. O problema dos carentes é sua impotência diante do desprezo, da ignorância e dos golpes do destino.

A política da humanidade seria ao mesmo tempo uma política para constituir, proteger e controlar os bens planetários comuns. Enquanto estes, atualmente, são limitados e distantes do centro (a Antártida, a Lua), seria preciso incluir também o controle da água, suas retenções e seus desvios, e também o controle das jazidas petrolíferas. A política da humanidade seria correlativamente uma política de justiça para todos aqueles que, não ocidentais, tivessem negados os direitos reconhecidos pelo Ocidente para ele próprio.

A política da civilização teria por missão desenvolver o melhor da civilização ocidental, rejeitar o pior dela e operar uma simbiose de civilizações integrando as contribuições fundamentais do Oriente e do Sul. Essa política de civilização seria necessária para o próprio Ocidente. Este sofre, cada vez mais, do domínio do cálculo, da técnica do lucro sobre todos os aspectos da vida humana, do domínio da quantidade sobre a qualidade, da degradação da qualidade de vida nas megalópoles e da desertificação da zona rural, utilizada pela agricultura e a pecuária industriais que já produziram várias catástrofes alimentares.

A nave espacial Terra é movida por quatro motores associados e, ao mesmo tempo, descontrolados: ciência, técnica, indústria e capitalismo (lucro). O problema está em estabelecer um controle sobre esses motores: os poderes da ciência, da técnica e da indústria devem ser controlados pela ética, que só pode impor seu controle por meio da política; a economia não apenas deve ser regulamentada, como deve tornar-se plural, incluindo associações de mutuários, cooperativas e trocas de serviços.

Uma sociedade-mundo precisa de governança. Uma governança democrática mundial é algo fora de alcance neste momento. Apesar disso, as sociedades democráticas se prepararam por meios não democráticos, ou seja, por meio de reformas impostas. Seria desejável que essa governança se efetuassem a partir das Nações Unidas, que, dessa maneira, se tornariam uma confederação, criando instâncias planetárias dotadas de poder sobre os problemas vitais e os perigos extremos (armas nucleares e biológicas, terrorismos, ecologia, economia, cultura). Mas o exemplo da Europa nos mostra a entidade de um encaminhamento que exige um consenso de todos os parceiros. Seria preciso ocorrer uma intensificação repentina e terrível dos perigos, a chegada de uma catástrofe, para constituir o choque elétrico necessário para a conscientização e a tomada de decisões.

Em outras palavras, é preciso trabalhar no sentido de um civismo planetário, de uma emergência da sociedade civil mundial, de uma ampliação das Nações Unidas.

Por meio de regressão, deslocamento, caos e desastres, a Terra-Pátria poderia surgir, não assumindo o lugar das diferentes pátrias, mas abrangendo-as.

Obstáculos enormes se opõem a essa visão. A tendência à unificação da sociedade-mundo suscita existências nacionais, étnicas e religiosas que conduzem à balcanização do planeta, e para eliminar essas resistências seria preciso impor uma dominação implacável. Há, sobretudo, a imaturidade dos Estados nações, dos espíritos, das consciências -ou seja, fundamentalmente, a imaturidade da própria humanidade ainda por se realizar.

Para chegarmos à civilização mundial, seria preciso que fossem conquistados grandes progressos do espírito humano, não tanto de suas capacidades técnicas e matemáticas, não apenas no conhecimento das complexidades, mas em sua interioridade psíquica.

Está claro a nossos olhos (e apenas para os nosso) que uma reforma da civilização ocidental e de todas as civilizações é necessária, que uma reforma radical de todos os sistemas de educação é necessária, e não está menos claro que o que existe é a inconsciência total e profunda da necessidade dessa reforma.

Paradoxalmente, o esquema de uma política da humanidade e de uma política da civilização, que esboçamos, apesar de corresponder a possibilidades materiais e técnicas, é uma possibilidade real que, neste momento, é impossível. É por isso que, seja qual for o caminho que se impuser, a humanidade ainda vai passar muito tempo sofrendo as dores do parto -ou do aborto.

Edgar Morin, sociólogo francês, é um dos pioneiros dos estudos de cultura e meios de comunicação de massa. Foi diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França. Especial para "LE MONDE". Tradução de Clara Allain. Se reproduce en nuestro sitio únicamente con fines informativos y educativos.

Extraído de [Globalización.org](http://www.globalizacion.org). Recursos e información sobre globalización, desarrollo y sociedad civil en América Latina.

<http://www.globalizacion.org/biblioteca/MorinGPlural.htm>